



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 27 de maio de 2026.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**CNPJ: 34.040.345/0001-90****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO****(Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	225.413	221.087
Contas a Receber	5	40.291	41.007
Estoques	6	2.102	1.697
Tributos a Compensar	7	9.634	10.382
Despesas Antecipadas		3	11
Outros Créditos	8	2.152	1.830
Total do Ativo Circulante		279.595	276.014
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		135.636	132.308
Contas a Receber	5	107.950	106.700
Tributos a Compensar	7	4.742	4.742
Depósitos e Bloqueios Judiciais e Contratuais	9	22.944	20.866
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	175.145	175.729
Intangível		-	9
Total do Ativo Não Circulante		310.811	308.076
Total do Ativo		590.406	584.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores e Contas a Pagar	11	2.044	2.171
Obrigações Trabalhistas	12	3.324	3.149
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	21.170	27.976
Outros Passivos	14	2.408	2.664
Receitas Antecipadas	15	80.466	81.296
Total do Passivo Circulante		109.412	117.256
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	90.945	92.532
Provisão para Contingências	16	31.031	35.017
Convênios	17	5.433	5.433
Créditos para Aumento de Capital	19.a	5.347	5.194
Receitas Antecipadas	15	145.727	145.882
Total do Passivo Não Circulante		278.483	284.058
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	490.932	490.932
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	53.634	53.447
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b	88.013	88.013
Prejuízos Acumulados	20	(430.067)	(449.616)
Total do Patrimônio Líquido		202.511	182.776
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		590.406	584.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ: 34.040.345/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Descrição	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita Líquida	22	25.039	30.305
Custos operacionais	23	(11.009)	(11.260)
Lucro Bruto		14.030	19.045
(Despesas)/Receitas operacionais		3.763	(10.616)
Despesas Administrativas e Gerais	24	(10.848)	(10.391)
Despesas com Provisão de Perdas Estimadas Sobre Créditos	25	(1.396)	11
Despesas Tributárias		(408)	(449)
(Provisões)/Reversões para Passivos Contingentes	26	3.986	(138)
(Perdas)/Reversões pela Não Recuperabilidade de Ativos		-	-
Outras (Despesas)/Receitas operacionais	27	12.429	351
Lucro/(Prejuízo) antes das Receitas e Despesas Financeiras		17.793	8.429
Receitas Financeiras	28	7.507	4.177
Despesas Financeiras	28	(5.752)	(19.941)
Lucro/(Prejuízo) antes dos Tributos		19.548	(7.335)
IRPJ e CSLL		-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	20.b	19.548	(7.335)
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação (em R\$)		0,0001	- 0,0000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ: 34.040.345/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Resultado do Período		19.548	(7.335)
Outros Resultados Abrangentes			
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	21	187	3.454
Resultado Abrangente Consolidado do Período		19.735	(3.881)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ: 34.040.345/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	Capital Social (Nota 18)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 19.b)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21)	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados (Nota 20.b)	Tc Pat. Li
Em 31 de dezembro de 2024		432.843	76.435	30.053	(973.637)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				(746)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			3.454		
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	20.b				(7.335)	
Em 31 de março de 2025		432.843	76.435	33.507	(981.718)	
Mutações do Período		-	-	3.454	(8.081)	
Em 31 de dezembro de 2025		490.932	88.013	53.447	(449.616)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			187		
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	20.b				19.548	
Em 31 de março de 2026		490.932	88.013	53.634	(430.068)	
Mutações do Período		-	-	187	19.548	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ: 34.040.345/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/Prejuízo do Período	20.b	19.548	(7.335)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e Amortização	10	2.861	3.202
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	187	3.454
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a	0	(746)
Provisões (Reversão) para Contingências Judiciais	26	(3.986)	138
Provisões (Reversão) para Perdas com Créditos Esperadas	25	1.396	(11)
Despesas de Atualização Monetária	28	153	10.899
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a Receber	5	(1.930)	(8.256)
Estoques	6	(405)	73
Tributos a Compensar/Recuperar	7	748	(367)
Despesas Antecipadas		8	(157)
Outros Créditos	8	(322)	1.298
Depósitos Judiciais	9	(2.078)	(672)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	11	(127)	(142)
Obrigações Trabalhistas	12	175	1.267
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	(8.393)	4.370
Outras Obrigações	14	(256)	43
Receitas Antecipadas	15	(985)	3.358
Caixa Gerado pelas Operações			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		6.594	10.416
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de Imobilizado	10	(2.268)	(274)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(2.268)	(274)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Crédito para Aumento de Capital		0	0
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		0	0
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.326	10.142
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	221.087	122.086
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	225.413	132.228
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.326	10.142
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		-	0

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ: 34.040.345/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição		Nota	31/03/2026	31/03/2025
1	Receitas		38.626	33.288
1.1	Vendas de Mercadoria, Produtos e Serviços	22	27.591	32.922
1.2	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25	(1.396)	11
1.3	Outras Receitas	27	12.431	355
2	Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.277)	(7.764)
2.1	Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	23/24	(4.407)	(3.413)
2.2	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	23/24	(3.854)	(4.209)
2.3	Perda / Recuperação de Valores Ativos	27	(2)	(4)
2.4	Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	26	3.986	(138)
3	Valor Adicionado Bruto		34.349	25.524
4	Retenções		(2.861)	(3.202)
4.1	Depreciação e Amortização	23/24	(2.861)	(3.202)
5	Valor Adicionado Líquido		31.488	22.322
6	Valor Adicionado Recebido em Transferência		7.507	4.177
6.1	Receitas Financeiras	28	7.507	4.177
7	Valor Adicionado a Distribuir		38.995	26.499
8	Valor Adicionado Distribuído		38.995	26.499
8.1	Pessoal		9.544	9.524
8.1.1	Remuneração Direta e Encargos Sociais	23/24	5.687	6.530
8.1.2	Benefícios	23/24	2.870	2.109
8.1.3	FGTS	23/24	987	885
8.2	Impostos, Taxas e Contribuições		4.151	4.369
8.2.1	Federais	23/24	4.141	4.360
8.2.2	Estaduais		4	4
8.2.3	Municipais		6	5
8.3	Remuneração de Capitais de Terceiros		5.752	19.941
8.3.1	Juros e Correção Monetária	28	5.752	19.941
8.4	Remuneração de Capitais Próprios		19.548	(7.335)
8.4.1	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.b	19.548	(7.335)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			-	-

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e Contexto Operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) é a autoridade portuária responsável pela administração do Porto de Natal, bem como detentora do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), do Porto de Maceió, localizado no Estado de Alagoas. O Convênio de Descentralização nº 001/2024, atualmente vigente, foi assinado em 10/09/2024, com prazo inicial de 360 dias. Em 15/08/2025, sua vigência foi prorrogada por 1 (um) ano, a partir de 06/09/2025, estendendo-se até 06/09/2026.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca encontra-se atualmente arrendado pelo prazo de 300 meses, conforme Contrato nº 009/2022, de 01/09/2022, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério Supervisor, com anuência da ANTAQ e interveniência da CODERN, e o Consórcio Intersal, com início em novembro de 2022. Conhecido como Porto Ilha por se tratar de uma estrutura em ilha artificial localizada em alto-mar, o terminal é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no Rio Grande do Norte - RN, maior produtor nacional desse produto, garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Elaboração

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

A administração autorizou a emissão das referidas demonstrações contábeis na data de 15/05/2026, sendo estas o reflexo fidedigno da posição patrimonial, financeira e dos resultados da entidade, de acordo com as premissas de continuidade operacional e os critérios contábeis adotados.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 31 de março de 2026 a Companhia apresenta lucro no montante de R\$ 19.548 mil. O resultado positivo do período decorre, principalmente, da reversão de provisões para contingências judiciais e administrativas, no montante de R\$ 5.743 mil, bem como do registro do desconto obtido na negociação de parcelamento de débitos previdenciários junto à PGFN, no montante de R\$ 11.148 mil. O prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 430.067 mil (R\$ 449.616 mil em 31/12/2025), esse valor resulta da incorporação do lucro do período de R\$ 19.548 mil.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade de manutenção das operações por, no mínimo, 12 (doze) meses após à data-base destas informações contábeis intermediárias, considerando o desempenho operacional e financeiro observado no período, as projeções de fluxo de caixa, bem como as medidas de gestão voltadas ao fortalecimento das receitas, controle de despesas e expansão das operações portuárias.

Adicionalmente, seguem em andamento os projetos estratégicos relacionados ao arrendamento da área “NAT01” e à reestruturação societária vinculada ao Porto de Maceió, os quais, na avaliação da Administração, possuem potencial de contribuir para o fortalecimento das receitas e da sustentabilidade operacional futura da Companhia.

Com base nas análises realizadas e nas medidas atualmente em execução, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter suas operações no curso normal dos negócios, não havendo, nesta data, intenção ou necessidade de descontinuidade operacional.

2.3. Declaração de Relevância

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.4. Moeda Funcional de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3. Políticas Contábeis Materiais

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4.Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2026	31/12/2025
Recursos em bancos	2.337	4.954
Fundo Rotativo	18	6
Recursos do Tesouro - SIAFI	106.684	104.556
Aplicações financeiras	116.374	111.571
Total	225.413	221.087

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 3,18% no período, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado.

5.Clientes e Contas a Receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes de Outorgas de Arrendamentos, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a períodos anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e Contas a Receber	31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	9.289	9.346
Contas a receber de arrendamentos e outorgas	148.634	146.646
(-) Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa	(9.682)	(8.285)
Total	148.241	146.707
Circulante	40.291	41.007
Não Circulante	107.950	106.700

Os valores referentes às outorgas dos contratos de arrendamentos são atualizados monetariamente com base no índice IPCA, conforme cláusulas constantes nos termos assinados.

6. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Estoques	31/03/2026	31/12/2025
Material de consumo permanente Sede	575	256
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	527	527
Material de consumo permanente Maceió	1.000	914
Total	2.102	1.697

7. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Tributos a Compensar	31/03/2026	31/12/2025
Tributos Retidos na Fonte	4.600	5.242
Tributos a Recuperar	14.341	15.263
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	413	7
(-) Provisão de perda	(4.978)	(5.388)
Total	14.376	15.124
Circulante	9.634	10.382
Não Circulante	4.742	4.742

Adicionalmente, há provisão para perda relacionada ao INSS parcelado no PERSE (R\$ 4.978 mil), matéria que está sendo discutida em processo judicial junto à PGFN.

8. Outros Créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias, assim como do Porto de Recife. Os saldos estão apresentados a seguir:

Outros Créditos	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos	800	559
Outros Valores a receber	442	447
Servidores Cedidos	98	128
Valores a Receber de Terceiros	3.028	2.912
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.216)	(2.216)
Total	2.152	1.830

9. Depósitos Judiciais

Compõe-se de valores referentes a depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	25.050	22.986
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(2.106)	(2.120)
Total	22.944	20.866

Conforme nota explicativa nº 13, a Codern Sede e o Porto de Maceió vêm realizando depósitos judiciais referentes às diferenças das alíquotas de PIS e COFINS, em razão de processo judicial que pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária dos Portos. As referidas diferenças decorrem da divergência entre o regime não cumulativo e o regime cumulativo de apuração das contribuições.

10. Imobilizado líquido

A seguir, apresenta-se a composição dos saldos, bem como a conciliação entre os valores contábeis registrados no início e no final do período.

Descrição	Custo em 31/03/2026	(-) Depreciação em 31/03/2026	(-) Ajuste ao Valor Recuperável em 31/03/2026	Saldo Líquido em 31/03/2026	Saldo Líquido em 31/12/2025
Bens em Operação	631.746	(276.759)	(265.575)	89.412	91.551
Bens Administração	100.032	(30.062)	(52.265)	17.705	17.970
Bens de Terceiros	69.394	(3.975)	0	65.419	65.658
Imobilizado em Andamento	4.255	0	(1.646)	2.609	550
Total	805.427	(310.796)	(319.486)	175.145	175.729

Discriminação	Saldo em 31/12/2025	(+/-) Adições/ Transf.	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao Valor Recuperável	Saldo em 31/03/2026
s em Operação	91.551	163	(2.302)	0	89.412
Infraestrutura Marítima	13.134	114	(235)	0	13.013

Infraestrutura Acostagem	71.461	0	(1.372)	0	70.089
Infraestrutura Terrestre	0	0	0	0	0
Armazenagem	158	0	(4)	0	154
Equipamentos	6.798	49	(691)	0	6.156
s Administração	17.970	46	(311)	0	17.705
Terrenos	96	0	0	0	96
Edifícios e Benfeitorias	15.404	0	(201)	0	15.203
Instalações	1.964	0	(36)	0	1.928
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	186	35	(14)	0	207
Equipamentos de Informática	64	4	(8)	0	60
Móveis e Utensílios	108	7	(5)	0	110
Veículos	0	0	0	0	0
Ferramentas	15	0	(2)	0	13
Peças e Conjuntos de Reposição	133	0	(45)	0	88
s de Terceiros	65.658	0	(239)	0	65.419
Infraestrutura Marítima	2.786	0	(20)	0	2.766
Infraestrutura Acostagem	57.545	0	(206)	0	57.339
Terminal de Passageiros	5.327	0	(13)	0	5.314
bilização em Curso	550	2.059	0	0	2.609
il	175.729	2.268	(2.852)	0	175.145

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2025. Abaixo, demonstrativo de movimentação no período:

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/03/2026
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	165.958	165.958
UGC Porto de Natal	106.030	106.030
UGC Terminal de Passageiros	47.498	47.498
UGC Porto de Maceió	-	-
Total	319.486	319.486

11. Fornecedores e Contas a pagar

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços, além de contas a pagar a com concessionárias de serviços essenciais.

Fornecedores e Contas a Pagar	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de bens e materiais	1.392	1.282
Fornecedores de serviços	322	311
Contas a Pagar	330	578
Total	2.044	2.171

12. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Obrigações Trabalhistas	31/03/2026	31/12/2025
Salários e Remunerações a Pagar	11	6
Provisão para Férias	2.679	2.816
Provisão para 13º Salário	328	-
Outras Obrigações Trabalhistas	306	327
Total	3.324	3.149

13. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	31/03/2026	31/12/2025
Encargos Sociais e Previdenciários	11.162	19.036
INSS a Pagar	521	14.421
FGTS a pagar	143	219
Plano de Previdência Complementar	4.390	4.258
INSS - Autônomos	17	17
INSS - Terceiros	121	121
INSS - Débitos Inscrito PGFN	5.970	-

Obrigações Fiscais	10.008	8.940
Tributos Federais a Recolher	3.048	3.901
Tributos Federais - Terceiros	-	-
Parcelamentos Fiscais - Federais	5.196	3.240
Tributos Municipais	450	484
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.315	1.315
Total Circulante	21.170	27.976
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	31/03/2026	31/12/2025
Encargos Sociais e Previdenciários	55.100	66.547
INSS a Pagar	3.698	15.038
Plano de Previdência Complementar	51.402	51.509
Obrigações Fiscais	35.845	25.985
Parcelamentos Fiscais - Federais	12.653	4.260
Tributos Municipais	1.179	1.179
Outras Obrigações Fiscais	22.013	20.546
Total Não Circulante	90.945	92.532

A Companhia (Codern - Sede e Porto de Maceió) discute judicialmente a forma de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, sustentando o enquadramento no regime cumulativo, em razão da imunidade tributária aplicável às suas atividades.

Em decorrência das decisões judiciais favoráveis em primeira instância e da tramitação do processo em grau recursal, a Companhia vem efetuando o recolhimento das contribuições pelo regime cumulativo e, paralelamente, reconhece e deposita judicialmente as diferenças apuradas em relação ao regime não cumulativo.

Em 31 de março de 2026, dentro do montante de R\$ 22.013, registrado no passivo não circulante - outras obrigações fiscais, consta R\$ 12.482 referente às diferenças de PIS e COFINS cuja exigibilidade encontra-se suspensa, em contrapartida aos valores registrados no ativo realizável a longo prazo, na rubrica de depósitos judiciais, até o desfecho definitivo das demandas judiciais.

No que diz respeito aos valores de R\$ 4.390 (curto prazo) e R\$ 51.402 (longo prazo) relativos ao Plano de Previdência Complementar, em 25 de fevereiro de 2025, foi celebrado Termo de Conciliação entre a Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - CODERN, juntamente com o Porto de Maceió, e o PORTUS - Instituto de Seguridade Social. O acordo, homologado no âmbito da Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal - nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU, visa à extinção de litígios judiciais históricos envolvendo obrigações previdenciárias do plano PBPL e seus planos cindidos.

A proposta final resultou em um compromisso financeiro individualizado de: R\$ 33.832 mil por parte da CODERN; e R\$ 32.951 mil pela APMC (Porto de Maceió), totalizando R\$ 66.783 atribuídos à atuação conjunta das duas entidades patrocinadoras.

O acordo representa uma significativa redução no passivo previdenciário decorrente da aplicação de deságios acordados entre as partes e contribui diretamente para o equacionamento das obrigações atuariais perante o PORTUS.

Os Termos de Composição e Ajuste de Dívida (TCDs) individuais entre cada patrocinadora e o PORTUS foram formalizados em 11/04/2025, com pagamento da 1ª parcela em maio/2025, o qual foram financiados em 144 parcelas mensais, calculadas segundo o sistema Price de amortização e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o saldo devedor. Cabe ressaltar que a parte que cabe a APMC, foi feito um aporte inicial de R\$ 10.000 mil em parcela única, no ato do acordo.

Em razão da celebração do TCD, a Companhia reconheceu formalmente obrigação financeira suficiente para a cobertura integral do passivo atuarial, apurado conforme critérios estabelecidos pelo CPC 33. Dessa forma, o estudo atuarial do plano passou a apresentar déficit nulo. Assim, os valores reconhecidos no balanço patrimonial encontram-se integralmente respaldados pelo compromisso formal assumido pela Companhia por meio do TCD, inexistindo, na presente data, déficit atuarial a ser registrado.

Abaixo as informações atuariais dos períodos:

A. Alteração na obrigação de benefício definido	31/03/2026	
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	64.509.779	
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-	
b. Custo do serviço passado		
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano		
3. Custo dos juros	1.788.534	
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	- 2.339.324	
b. Benefício pago diretamente pela empresa		
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada		
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada		
e. Contribuições do participante	267.498	
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação		
g. Impostos incluídos na obrigação		
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco		
5. Outros eventos significativos		

01/07/2026 09:08	SEI/MT - 11322995 - Resumo Contábil	
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
6. Redimensionamento da obrigação	933.120	
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas		
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	649.827	
c. Efeito dos ajustes de experiência	283.293	
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	65.159.606	
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/03/2026	
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	47.627.626	
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.284.256	
3. Fluxos de caixa		
a. Contribuições totais do empregador		
(i) Contribuições do empregador	2.078.583	
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador		
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador		
b. Contribuições do participante	267.498	
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	- 2.339.324	
d. Pagamentos de benefícios do empregador		
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano		
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano		
g. Pagamentos de liquidação do empregador		
h Despesas administrativas pagas de ativos do plano		
i. Impostos pagos de ativos do plano		
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	1.119.848	
6. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	50.038.486	
C. Alteração dos direitos de reembolso	31/03/2026	
1. Direitos de reembolso no final do ano anterior		
2. Redimensionamento do serviço corrente		
3. Ganho / (perda) em liquidações		
4. Receita de juros		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso		
b. Reembolsos ao empregador		
6. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
7. Redimensionamento do direito reembolsável		
a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
8. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
9. Direitos de reembolso no final do ano		
D. Mudança no teto do ativo / passivo oneroso	31/03/2026	
1. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício anterior		
2. Receita de juros		
3. Redimensionamento		
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		
4. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
5. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício		
E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira	31/03/2026	
1. Obrigação de benefício definido	-65.159.606	
2. Valor justo dos ativos do plano	50.038.486	

01/07/2026 09:08	SEI/MT - 11322995 - Resumo Contábil	
4. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-15.121.120	
5. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	
6. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-15.121.120	
7. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCD)	55.646.644	
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-55.646.644	
F. Componentes do custo do benefício definido	31/03/2026	
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-	
b. Custo do serviço de reembolso		
c. Custo do serviço passado		
d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada		
e. Custo total do serviço	-	
2. Custo dos juros líquidos		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	1.788.534	
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	-1.284.256	
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso		
d. Despesas com juros sobre efeito de (teto ativo) / passivo oneroso		
e. Custo total de juros líquidos	504.278	
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo		
4. Despesa administrativa e imposto (não incluídos no passivo)		
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	504.278	
6. Redimensionamentos (reconhecidos em outros resultados abrangentes)	-53.446.879	
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	649.827	
c. Efeito dos ajustes de experiência	283.293	
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	-1.119.848	
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
f. Mudanças no teto do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)		
g. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	-53.633.607	
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	-53.820.335	
G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido	31/03/2026	
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano anterior	179.278.627	
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	53.446.879	
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	186.728	
4. Outros eventos significativos		
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações de negócios)		
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador	2.078.583	
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa		
c. Liquidação antecipada paga pela empresa		
6. Crédito para reembolsos		
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	234.990.817	
H. Segregação da obrigação de benefício definido	31/03/2026	
1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante		
a. Ativos	35	
b. Assistidos em gozo de benefício	259	
Aposentados	158	
Pensionistas	101	
c. Total	294	
I. Premissas atuariais significativas	31/03/2026	
Hipóteses para determinação do obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto	10,91%	

Taxa de crescimento salarial	3,50%	
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	
Taxa de inflação	3,50%	
Rotatividade	N/A	
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desag
Entrada em aposentadoria	N/A	
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 I
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 I
Duration (em anos)	8,94	
Entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Grupo Americana desag
Composição familiar	Família Padrão Portus	Famili
J. Análise de sensibilidade	31/03/2026	
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto - 25 pontos base	65.403.316	
Taxa de desconto + 25 pontos base	63.665.076	
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto - 25 pontos base	1,39%	
Taxa de desconto + 25 pontos base	-1,31%	
Alteração na tábua de mortalidade		
Agravada em 10%	63.489.136	
Desagravada em 10%	65.605.102	
% do impacto da tábua de mortalidade		
Agravada em 10%	-1,58%	
Desagravada em 10%	1,70%	
K. Projeção do fluxo de caixa	31/03/2026	
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	2.339.324	
Contribuições esperadas do empregador - paridade	214.426	
Contribuições esperadas dos participantes	-	
Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	267.498	
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	250.375	
Contribuições esperadas do empregador - TCD	1.656.601	

14. Outros Passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Outros Passivos	31/03/2026	31/12/2025
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.230	2.487
Valores Pendentes de Classificação	149	148
Outras Obrigações	27	27
CPMF	1	1
Obrigações Societárias	1	1
Total	2.408	2.664

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió), nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió), nº 10/2023-Antaq da área Mac15 e nº 07/2024 da área Mac 16. Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no prazo do arrendamento. Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11), Ipiranga S.A. (MAC 12), Origem Energia (Mac 11A) e Intermarítima (Mac 15) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2025	(+) Adições	(-) Apropriações	Saldo em 31/03/2026
sal - Terminal Salineiro de Areia Branca	300	259	13.568		(155)	13.413
at - Mac 13	300	259	7.731		(88)	7.643
1 Energia - Mac 11	300	272	58.878	419	(600)	58.697
3m Energia - Mac 11A	300	272	40.182	287	(410)	40.059

nga Prod. de Petróleo - Mac 12	300	272	104.770	748	(1.070)	104.448
maritima Ltda - Mac 15	60	37	742	7	(50)	699
órcio Britto - Mac 16	60	51	1.307		(73)	1.234
Total			227.178	1.461	(2.446)	226.193
ilante			81.296			80.466
Circulante			145.882			145.727

16. Passivos Contingentes e Provisão para Contingências

Compõe-se de valores em discussão em processos judiciais ou administrativos, cujos saldos, considerados como de provável perda, conforme previsto na NBC TG (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24/07/2009.

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Ido em 31 de dezembro de 2025	27.261	1.818	5.938	35.017
ovisões constituídas no período	-	1.757	-	1.757
ixas de provisões	-	-	-	-
versões	-	- 531	- 5.212	- 5.743
Ido em 31 de março de 2026	27.261	3.044	726	31.031

16.1 Provisões para Causas Trabalhistas

Na matriz, temos 10 processos em andamento, os processos mais elevados discutem diferenças de horas extras, salariais e/ou verbas rescisórias e apresentam o montante de R\$ 298 mil.

Na filial Maceió, temos 19 processos em andamento, com objetos sobre adicional noturno, horas extras, adicional de risco, desvio de função e equiparação salarial. O mais relevante tem o montante de R\$ 934 mil.

16.2 Provisões para Causas Cíveis

Na matriz, temos 02 processos, o mais relevante correspondente ao montante de R\$ 617 mil, se refere a indenização por dano moral/material, obrigação de fazer e Nulidade de Rescisão de Contrato de Trabalho.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processo em trâmite, tendo no valor de R\$ 26.644 mil, relativo à ação judicial movida pela empresa Mendes Júnior, decorrente de divergências relacionadas ao contrato de construção e execução de obras de infraestrutura no Porto de Maceió. A reivindicação tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de alegados custos adicionais e alterações nas condições inicialmente pactuadas.

16.3 Provisões para Causas Tributárias

Na matriz, há 01 processo no montante de 387 mil, refere-se à ação de execução fiscal promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário - Antaq.

Na filial Maceió encontra-se registrado 03 processos, sendo o de maior relevância R\$ 286 mil tendo como credor a Antaq.

16.4 Passivos Contingentes Classificados como Possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível, trabalhista e administrativas, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31/03/2026 somou R\$ 259.095 mil (R\$ 277.039 mil em 31/12/2025), assim especificadas:

Contingências Possíveis	31/03/2026	31/12/2025
Causas trabalhistas	10.703	6.916
Causas fiscais	36.131	58.036
Causas cíveis	211.071	210.902
Causas administrativas	1.190	1.185
Total	259.095	277.039

Na matriz, há 82 processos. Os mais relevantes são: ação de pré-executividade de tributos previdenciários junto à Fazenda Nacional (R\$ 24.315 mil); ação de reequilíbrio contratual relativa à obra do Terminal Salineiro de Areia Branca (R\$ 48.842 mil); execução fiscal referente a penalidades junto à SET/RN (R\$ 10.465 mil); e ação civil pública relacionada à operacionalização do escâner de contêineres (R\$ 11.000 mil).

Na filial, há 15 processos. O mais relevante é o movido pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, referente aos reflexos da dragagem na fauna e flora marinhas (R\$ 139.017 mil).

17.Convênios - Terminal de Passageiros

Em 31/03/2026, o saldo de R\$ 5.433 mil registrado na rubrica Convênios - Terminal de Passageiros refere-se à obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, executada com recursos provenientes do DNIT. O valor permanece registrado nessa rubrica até a formalização da incorporação do ativo ao patrimônio da APMC, conforme orientação dos órgãos competentes.

Com o objetivo de esclarecer a destinação dos recursos e a forma adequada de contabilização, o Porto de Maceió encaminhou o Ofício nº 62/2024 ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024. Posteriormente, a APMC enviou o Ofício nº 014 à COPAR/STN, em 20/09/2024, solicitando orientação quanto à natureza dos recursos e ao devido registro contábil da referida obra, tendo reiterado o pedido em 07/01/2025, com vistas à regularização patrimonial.

A COPAR/STN manifestou-se por meio do Parecer SEI nº 3606/2025/MF, de 23/09/2025, entendendo que o terminal poderá ser incorporado ao patrimônio da Companhia por meio de integralização de capital mediante bens, condicionada à apresentação de parecer jurídico, laudo de avaliação do bem e aprovação formal do aumento de capital.

O parecer jurídico da Companhia, emitido em 05/02/2026, manifestou-se favoravelmente à recomendação da COPAR/STN. A Companhia já dispõe do laudo de avaliação, restando a elaboração da proposta de aumento de capital a ser submetida à Assembleia Geral, para fins de formalização da integralização e regularização do valor do bem ao patrimônio da APMC.

18. Capital Social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de março de 2026 soma R\$ 490.932 mil.

Saldos em R\$ mil			
Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	490.932	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	266.508	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	224.423	82.832.151.204
Total	490.932	181.197.364.435

19. Créditos para Aumento de Capital

a. Valores Registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para Aumento de Capital	31/03/2026	31/12/2025
Porto de Natal e Areia Branca		
Saldo Principal	1.362	1.362
Correção Selic	3.273	3.120
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	712	712
Total	5.347	5.194

b. Valores Registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	31/03/2026	31/12/2025
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	375	375
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	109	109
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	1	1
Melhoria e Recuperação das Inst. Elétricas - Energia Solar	4.000	4.000
Recuperação Estrutural dos Armazéns dos 1 e 2	1.964	1.964
Recuperação Estrutural dos Galpões dos 1 e 2	1.564	1.564
Defensas do Cais do Porto de Natal	10.000	10.000
Delfin de proteção dos Pilates da Ponte Newton Navarro	10.000	10.000
Dragagem do Canal de Acesso ao Porto de Natal	60.000	60.000
Total	88.013	88.013

20. Prejuízos Acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 2026, a Companhia não realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores. Em 2025, foram registrados ajustes decorrentes da retificação de erros não intencionais, cujo impacto no resultado de períodos anteriores totalizou R\$ -746 mil.

b. Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia apresentou lucro de R\$ 19.548 mil em 31/03/2026 (prejuízo de R\$ 7.335 mil em 31/03/2025), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 19.972 mil em 31/03/2026 (lucro de R\$ 6.893 mil em 31/03/2025), conforme o quadro a seguir:

Resultado	31/03/2026	31/03/2025
Resultado líquido	19.548	(7.335)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	2.861	3.202
Provisões/(Reversão) para contingências judiciais	(3.986)	138
Provisões/(Reversão) para perdas com créditos esperadas	1.396	(11)
Despesas de atualização monetária	153	10.899
Resultado Líquido Ajustado	19.972	6.893

21. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 187 mil em 31/03/2026 (ganho líquido de R\$ 3.454 mil em 31/03/2025) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

22. Receita Líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	6.754	9.282
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	584	653
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	5.143	6.063
Receitas de Armazenagem	102	1.627
Receitas por Diversos Padronizados	2.684	2.053
Receitas com Contratos de Arrendamento	11.684	11.890
Receitas Alternativas	640	1.354
Total da Receita bruta	27.591	32.922
(-) Impostos sobre serviços prestados	(2.552)	(2.617)
Receita líquida dos serviços prestados	25.039	30.305

Os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	624	511
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	253	254
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	555	407
Receitas de Armazenagem	102	58
Receitas por Diversos Padronizados	1.175	658
Receitas com Contratos de Arrendamento	496	441
Receitas Alternativas	258	467
Total da Receita bruta	3.463	2.796
(-) Impostos sobre serviços prestados	(320)	(227)
Receita líquida dos serviços prestados	3.143	2.569

O Porto de Natal apresentou aumento de 22% em suas receitas, decorrente principalmente do crescimento de 46% na movimentação de toneladas.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.696	2.818
Receitas com Contratos de Arrendamento	3.053	2.797
Total da Receita bruta	5.749	5.615
(-) Impostos sobre serviços prestados	(532)	(519)
Receita líquida dos serviços prestados	5.217	5.096

O Terminal Salineiro de Areia Branca apresentou aumento discreto de 2% em suas receitas, decorrente principalmente do reajuste do contrato de arrendamento do terminal, apesar da redução de 4% nas receitas tarifárias.

Porto de Maceió	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	3.432	5.951
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	331	399
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	4.589	5.656
Receitas de Armazenagem	-	1.569
Receitas por Diversos Padronizados	1.509	1.395
Receitas com Contratos de Arrendamento	8.136	8.653
Receitas Alternativas	382	887
Total da Receita bruta	18.379	24.510
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.700)	(1.870)
Receita líquida dos serviços prestados	16.679	22.640

O Porto de Maceió apresentou redução de 26% em suas receitas, em decorrência da queda de 32% na movimentação de toneladas, o que impactou negativamente as receitas tarifárias.

23. Custos Operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Custos Operacionais		
Pessoal	4.180	5.093
Serviços	4.374	3.249
Materiais	33	164
Depreciação	2.666	3.005
(-) Créditos de Impostos sobre Depreciação	(244)	(251)
Total	11.009	11.260

Houve redução de 12% nos custos operacionais do período, destacando-se o grupo de pessoal, com redução de 18%, decorrente, principalmente, da diminuição das despesas com acordos judiciais trabalhistas, aviso prévio, férias e encargos sociais, e o grupo de serviços, com aumento de 35%, em razão de despesas com serviços de balizamento, energia e aluguel de bens móveis.

24. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	6.935	6.376
Serviços de Terceiros	2.831	3.007
Utilidades	42	35
Despesas Gerais	845	776
Depreciação	195	197
Total	10.848	10.391

Houve um aumento de 4% nas despesas operacionais do período. Entre as variações mais significativas, destacam-se: (i) o grupo de pessoal, em função, principalmente, do reconhecimento de benefício pós-emprego - déficit atuarial e aumento das despesas com previdência privada, parcialmente compensados pela redução das despesas com férias e 13º salário; e (ii) o grupo de serviços de terceiros, impactado principalmente pelos gastos com locação de mão de obra, assessoria e serviços contábeis, limpeza, manutenção e conservação e segurança e vigilância.

25. Despesas com Perdas Estimadas sobre Créditos

Refere-se às Perdas Estimadas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativas a valores a receber de clientes, bem como às provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Perdas Estimadas sobre Créditos		
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(1.449)	(522)
Reversão de provisões	53	533
Saldo Líquido de Provisões Constituídas	(1.396)	11

26. Provisões/Reversões para Passivos Contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Passivos Contingentes		
Provisão para contingências	(1.757)	(239)

Reversão de provisões	5.743	101
Saldo Líquido de Provisões Constituídas	3.986	(138)

27. Outras (Despesas)/Receitas Operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas.

Descrição	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Outras Receitas e Despesas		
Outras Receitas	12.431	355
Reembolso de Despesas	30	20
Taxa para Operação Portuária	1	0
Reversão de déficit atuarial	515	335
Reversão Perda com Tributos	410	0
Desconto Obtido PGFN - Transação lei 13.988/20	11.148	0
Taxa de inscrição em concurso	94	0
Outras receitas	233	0
Outras Despesas	(2)	(4)
Ajustes de Estoques	(2)	(4)
Total	12.429	351

28. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Períodos findos em 31 de março	
	2026	2025
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	7.507	4.177
Juros Ativos	28	30
Variações Monetárias Ativas	278	-
Multas Ativas	81	8
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	-	3
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	7.119	4.136
Juros Correção Monetária s/Bloqueio Judicial	1	-
Despesas Financeiras	(5.752)	(19.941)
Juros Passivos	(4)	-
Variações Monetárias	-	(3.843)
Encargos Financeiros AVP	(76)	(1)
Atualização Monetária	(284)	(148)
Despesas Bancárias	(14)	(42)
Multas	(385)	-
Juros s/PORTUS	(640)	(2.795)
Variação Monetária s/PORTUS	(1.038)	(1.992)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2.673/98	(153)	(10.899)
Atualização Monetária - INSS	(213)	(208)
Outras Despesas Financeiras	(2.945)	(13)
Total	1.755	(15.764)

Houve um aumento de 80% na receita financeira, decorrente, principalmente, dos rendimentos sobre aplicações financeiras. Quanto à despesa financeira, registrou-se redução de 71%, destacando-se, entre as variações mais relevantes, a conta de variações monetárias, em função da atualização da dívida previdenciária do Porto de Maceió, bem como da atualização monetária sobre créditos destinados ao aumento de capital e dívida com o Portus.

29. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme PL.1011.01, versão 3.0.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

30. Eventos Subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2026, passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Presidente
CPF Nº 590.476.905-91

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 590.476.905-91

PAULO SIDNEY GOMES SILVA
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 897.342.034-87

ALBINO KLEBER AIRES FERNANDES
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 026.975.684-17

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário: Contador**, em 27/05/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Albino Kleber Aires Fernandes, Gerente de Recursos Financeiros**, em 09/06/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sidney Gomes Silva, Diretor Técnico Comercial**, em 09/06/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, DIRETOR PRESIDENTE - DP**, em 09/06/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11322995** e o código CRC **8889778A**.



Referência: Processo nº 50902.000885/2026-07



SEI nº 11322995

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330